CMCG: vereadores prestando contas

As repercussões das votações ocorridas na quarta-feira (24) ainda ecoam na Câmara Municipal, com os vereadores ocupando a tribuna da “casa de Félix Araújo” para expressar seus posicionamentos e lamentar os desdobramentos durante a votação dos projetos em pauta. Entre os temas debatidos, destacam-se os subsídios de vereadores, secretários e prefeitos, assim como a revogação de uma autorização concedida ao Poder Executivo para contrair um empréstimo junto ao Fonplata – Fundo Financeiro para a Bacia do Prata, no valor de US$ 52 milhões.

Os debates acalorados refletem a complexidade das decisões tomadas e as responsabilidades dos legisladores perante a comunidade. Enquanto alguns vereadores defendem os ajustes nos subsídios como necessários, outros expressam preocupações com os impactos dessas medidas na população.

A aprovação do projeto 097, que revogou a autorização do empréstimo junto ao Fonplata, também gerou divergências mais acentuadas entre os membros do legislativo, especialmente em relação à condução, confiança e falta de atenção durante o processo de votação.

Diante dessas discussões, torna-se evidente a importância do debate democrático e da transparência nas decisões que afetam diretamente a vida dos cidadãos. A pluralidade de opiniões na tribuna demonstra a diversidade de interesses e preocupações dos representantes do povo, reforçando a necessidade de um diálogo construtivo em prol do bem-estar coletivo.

Foto: Josenildo Costa

Alexandre Pereira (UNIÃO) na Tribuna falou sobre a sessão do dia anterior e expressou que viu um ato de desespero, por não poder expor possíveis casos de corrupção por parte do prefeito Bruno Cunha Lima e para frear o desenvolvimento da cidade.

O vereador se referiu a revogação da lei que autoriza a realização de um empréstimo internacional pelo poder executivo. Ele relembrou ainda que em uma votação que foi aprovado um voto de repúdio para o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os vereadores de oposição buscaram a Justiça para que tornasse a votação ilegal, com a alegação de que votaram sem que soubessem do que a matéria tratava. Nesse sentido, sobre a votação de ontem, disse que a manobra realizada para que a lei fosse revogada, aconteceu de forma rasteira e sutil, ‘A esquerda me acusam do que eles fazem’, comentou.

Apesar da aprovação, o vereador informou que o processo de contratação do empréstimo já está no Senado, com a aprovação

da Comissão de Finanças. Sobre a gestão de Bruno, disse que alguns vereadores o tratam como inimigo pessoal e não sabem qual o mal que ele fez a cidade. Além disso, fez novas críticas ao Governo do Estado, que agora próximo às eleições, se aproxima de Campina Grande.

Jô Oliveira (PCdoB), pela ordem, falou sobre a necessidade de alteração do código da emenda aprovada na sessão anterior no projeto que prevê abertura de crédito e suplementação do Poder Executivo. Ela falou sobre a correção da emenda para evitar prejuízos ao município, considerando o prazo até terça-feira para a suplementação nas contas da Prefeitura. Ela destacou que o recurso foi remanejado a partir do governo federal, destinado aos municípios, sendo importante criar uma estratégia para garantir o recebimento dos recursos no valor de oito milhões.

Luciano Breno (Avante) optou por não discutir as intenções do que ocorreu na sessão anterior, mas levantou uma discussão sobre a falta de respeito.

O vereador enfatizou seu compromisso com a democracia, nunca recorrendo a manobras para aprovar projetos, sempre decidindo de forma clara e transparente por meio do voto.

Foto: Josenildo Costa

Expressou sua frustração ao descobrir através das redes sociais que votou em algo que não tinha a mínima vontade de votar, referindo-se à situação como um golpe baixo. Breno disse ainda que o informaram que os projetos que seriam votados eram consensuais e não polêmicos, reconhecendo que pecou por excesso de confiança. ‘Estou envergonhado com essa CASA (…) Aqui é democracia. Tem que se vencer no voto’’ – disse. O vereador destacou preocupações com o atraso para Campina Grande, mencionando que o empréstimo prevê revitalização da Feira Central e outras obras.

Foto: Josenildo Costa

Pimentel Filho (PSB) comentou que o ocorrido foi falta de atenção dos projetos que estavam sendo votados e que esses erros podem acontecer, destacando a importância em reconhecer os próprios erros. Referiu-se ao episódio, informando que o vereador Renan Maracajá, que secretariava a sessão, fez a leitura do projeto que foi colocado para votação. Além disso, acrescentou que o projeto incluído no requerimento de urgência, já estava no SAPL desde março.

O vereador falou sobre a necessidade de reformular a emenda no projeto que trata dos recursos oriundos do Governo Federal, no valor de 8 milhões de reais, para evitar que a Prefeitura não receba recursos, enfatizando a responsabilidade com Campina Grande e assegurando que os recursos destinados à educação não fiquem parados. Por fim, ainda disse que apesar da oposição ter maioria, sempre estabelece o diálogo com a gestão.

Ivonete Ludgério (União Brasil) expressou constrangimento em relação às palavras do colega Pimentel. Com longa experiência

na Câmara desde 1993, criticou a manobra para esse tipo de votação e rejeitou ser chamada de desatenta e ter sua inteligência diminuída.

Ela disse que se sentiu ludibriada com o que ocorreu na sessão anterior e manifestou publicamente sua insatisfação com a condução dos acontecimentos.

A vereadora lamentou e disse que quando foi Presidente da Câmara nunca permitiu tais acontecimentos, em que ela considera que foi de fato uma manobra e que espera agora que o líder da bancada realize a judicialização.

Jô Oliveira (PCdoB) destacou que todos os projetos apresentados e incluídos no requerimento de urgência foram examinados minuciosamente por ela, enfatizando que a sua prerrogativa é estar atenta aos projetos a serem votados. Da mesma forma, ela acredita que todos os vereadores deveriam ter a mesma atitude.

Ela mencionou ainda que os projetos discutidos priorizavam a educação, agradecendo também a presteza do secretário de Educação do município. Jô Oliveira também enfatizou que os projetos do Executivo em que ela disse que não votaria, apenas porque aguardava a sanção da LOA.

Foto: Josenildo Costa

Marinaldo Cardoso (Republicanos) inicialmente destacou a atuação positiva da Câmara Municipal de Campina Grande, como a luta pela transposição das águas do Rio São Francisco, a obra da duplicação da BR 230, a luta pelo acesso aos marcapassos e outras ações. O vereador fez as menções, ressaltando que a população também reconhece o que é realizado.

Sobre a sessão anterior, considera que houve um erro de desatenção, mas que não vê como manobra, além de frisar que nas reuniões que acontecem no salão azul, alguns vereadores estão desatentos na discussão dos projetos.

Com relação a algumas falas proferidas, disse que não permitirá que coloquem em dúvida a sua fidelidade à atual gestão municipal, justificando que desde o início tem trabalhado em prol da gestão, de maneira republicana e dentro da legalidade.

Ainda sobre a votação do dia anterior, falou que sempre

defendeu o subsídio dos vereadores, destacando que os legisladores que realmente trabalham, sabem das solicitações e demandas das comunidades. Além disso, informou que o projeto prevê reajuste apenas no ano de 2025, período em que o vereador não sabe nem se estará presente na Casa Legislativa.

Por fim, disse que em outro momento retornará à tribuna para falar sobre melhorias que estão sendo realizadas na Câmara Municipal de Campina Grande.

Alexandre Pereira (União Brasil) falou sobre os vídeos e imagens da sessão anterior e disse que um colega vereador ficou próximo ao secretário por cerca de alguns minutos. Nisso, reforçou novamente que essa foi uma manobra para votação. Sobre o projeto relativo ao aumento do salário dos vereadores disse que caso estivesse presente, votaria contra, pois essa é a sua opinião e é um direito pessoal seu.

Foto: Josenildo Costa

Saulo Noronha (MDB) também lamentou o ocorrido no dia de ontem

e que infelizmente não pode estar presente, comungando com a fala do vereador Alexandre.

Rostand Paraíba (PP) também falou dos acontecimentos referentes à sessão anterior, enfatizando que os projetos foram lidos e aprovados, dentro da transparência e que o mesmo sabia do que estava sendo votado. Rostand ainda defendeu o vereador Luciano Breno e falou que a bancada de situação não é unida, sendo esse o motivo da desatenção. Com relação aos subsídios para os vereadores, disse que defende a aprovação, diante do trabalho que é realizado.

Foto: Josenildo Costa

Janduy Ferreira (União Brasil) pediu um aparte, destacando sua abstenção na votação do aumento do subsídio dos vereadores, secretários e prefeitos na semana anterior, uma vez que essa é sua opinião pessoal. “O projeto não é inconstitucional, mas é uma opinião minha’’, afirmou. Ele ainda reforçou o posicionamento da bancada do G5 em defesa do projeto de 52

milhões de dólares, pois será para realização de obras no canal de Bodocongó, enfatizando seu compromisso com as obras necessárias para a população.

TRIBUNA LIVRE

Tribuna Livre solicitada pela Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande, com o objetivo de expor as demandas das trabalhadoras domésticas no contexto da Semana Estadual de Conscientização sobre os direitos da categoria.

Chirlene Santos Brito, secretária de Formação Sindical da Federação Nacional e Internacional das Trabalhadoras Domésticas, na Tribuna, compartilhou a realidade enfrentada pela categoria. Ela enfatizou a necessidade de reconhecimento, respeito e aplicação dos direitos garantidos por lei, como preconizado na Convenção 89, que busca assegurar um trabalho digno e decente para essas profissionais. Chirlene destacou a longa luta que remonta desde 1930 em busca desses direitos, tanto em nível municipal, estadual, nacional e internacional.

Foto: Josenildo Costa

Ela lamentou a desigualdade e a discriminação enfrentadas pela categoria, citando o recente impedimento de acesso ao elevador social em Campina Grande como um exemplo disso. Além disso, mencionou o resgate de uma trabalhadora doméstica em situação de trabalho escravo, evidenciando os desafios enfrentados.

Chirlene também mencionou sua participação em uma reunião com a câmara técnica, onde teve a oportunidade de dialogar com o presidente, Luiz Inácio Lula da Silva. Durante esse encontro, foi entregue um documento detalhando as demandas e a situação das trabalhadoras domésticas em todas as esferas públicas.

Entre as questões levantadas, destacou a falta de moradia para as trabalhadoras, acesso a transporte público nos bairros da cidade, a insuficiência de creches, escolas integrais, saúde pública nos postos de saúde e a falta de atendimento adequado para os filhos autistas das trabalhadoras domésticas.

Por fim, mencionou que também levará as demandas para discussão em nível internacional, com a associação representando as trabalhadoras domésticas e a cidade. Chirlene encerrou sua fala reforçando a importância de reconhecer e conscientizar sobre o valor do trabalho doméstico, que contribui para o lucro do país ao possibilitar que outras pessoas trabalhem por meio da contratação de trabalhadoras domésticas.

Eliane de Lima, mais conhecida por Lola e coordenadora geral da associação das trabalhadoras domésticas, agradeceu pela oportunidade de realização das discussões na tribuna, ressaltando que a associação das trabalhadoras domésticas está de portas abertas, principalmente para receber as trabalhadoras na semana do dia nacional da categoria, que é comemorado no próximo sábado, dia 27 de abril. Além disso, ela frisou que a data será marcada com muita luta, pois ainda falta muito para que o dia seja comemorado de verdade, diante da ausência de direitos.

Roseli de Fátima Corteletti, professora da UFCG, compartilhou os resultados de uma pesquisa, a qual é coordenadora, sobre as desigualdades de classe, gênero e raça entre as trabalhadoras domésticas de Campina Grande. A pesquisa foi realizada no segundo semestre de 2023 como parte do programa de bolsas de extensão da universidade.

O estudo envolveu 28 trabalhadoras associadas ao sindicato das trabalhadoras domésticas de Campina Grande e seu objetivo era apoiar a sociedade civil organizada na produção de conhecimento aplicado à realidade dessas pessoas, historicamente marginalizadas e invisibilizadas. Foram investigados aspectos como perfil, trajetória ocupacional, situação domiciliar, condições de trabalho e vida social das participantes.

Os principais resultados revelaram trajetórias marcadas por inúmeras violências e opressões, incluindo humilhações, assédio moral, sexual, preconceito, racismo e precariedade nas condições de trabalho. A maioria das trabalhadoras era diarista, realizando entre uma e três diárias por semana, e a maioria não tinha carteira assinada com direitos garantidos, resultando em desvalorização e problemas de saúde física e mental, como lesões por esforço repetitivo, ansiedade e depressão.

Muitas começaram a trabalhar muito cedo, ainda crianças, e a maioria delas era negra ou parda. Além disso, dependiam de outras pessoas para cuidar de seus filhos enquanto trabalhavam, às vezes sem ter familiares por perto e precisando recorrer aos vizinhos. A falta de acesso a creches era um problema significativo, especialmente para aquelas que residiam em bairros periféricos sem transporte público regular. Algumas delas precisavam percorrer longas distâncias a pé para chegar ao trabalho.

Este foi o primeiro relatório da pesquisa, que terá continuidade, alinhando-se aos objetivos da universidade

pública, democrática e de qualidade.

Foto: Josenildo Costa

Jô Oliveira (PCdoB), enquanto filha de trabalhadora doméstica e conhecendo toda a realidade exposta, visto que desde criança acompanhou sua mãe durante as jornadas de trabalho, disse que entende tudo o que está sendo posto e retratado. Ela também informou que no próximo dia 27 as trabalhadoras estão na integração realizando a conscientização acerca dos temas que a envolvem. Em seguida, Jô Oliveira fez a entrega de votos de aplausos para as mulheres trabalhadoras domésticas que estavam presentes.

Nesta quinta-feira (25) foi realizada a 33ª sessão ordinária da 4ª sessão legislativa da Câmara Municipal de Campina Grande, presidida pelo vereador presidente Marinaldo Cardoso (Republicanos) e secretariada pelo vereador Saulo Noronha (MDB)

DIVICOM/CMCG